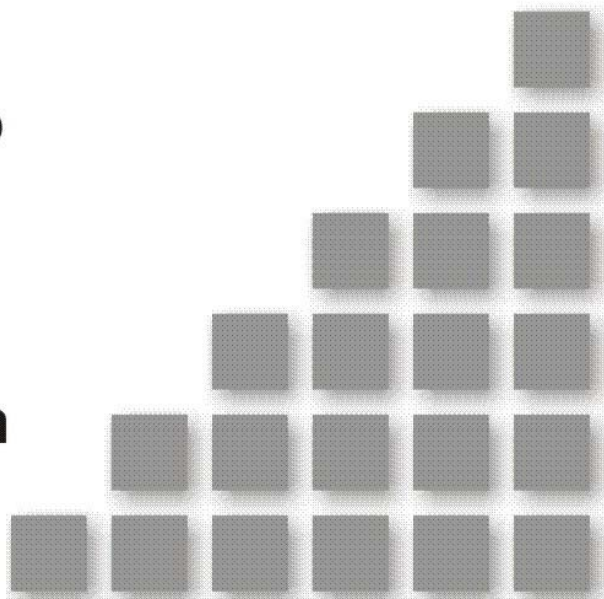




**Diagnóstico
Socioeconômico
e Ambiental e
Projeto Final de
Assentamento
do PA Cachoeira
Grande**



Anotação de Responsabilidade Técnica
PA CACHOEIRA GRANDE

Coordenação

Professor José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Consultores

Professor Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

CREA-MG 11377-D

Walder Antônio de Albuquerque Nunes

Engenheiro Agrônomo

CREA-RO 1379-94

Geraldo Magela Damasceno

Engenheiro Civil

CREA-MG 54324-D

Leandro Santana Moreira

Biólogo

CRBio-04 – 37446-4P

11097250

Equipe Responsável pela Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental e do Projeto Final de Assentamento do PA CACHOEIRA GRANDE

Coordenação Geral

Professor José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Mestre em Extensão Rural

Doutor em Sociedade, Desenvolvimento e Agricultura

Professor Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutor em Recursos Hídricos

Socioeconômica

José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Mestre em Extensão Rural

Doutor em Sociedade,
Desenvolvimento e Agricultura

Cobertura Vegetal e Solos

Walder Antônio de Albuquerque Nunes

Engenheiro agrônomo

Mestre em Ciência dos Solos

Doutor em Ciência dos Solos

Geomática e Geoprocessamento

Rogério Mercandelle Santana

Engenheiro Agrimensor

Mestre em Engenharia Civil

Doutorando em Engenharia Civil

Meio Biótico

Leandro Santana Moreira

Biólogo

Emílio Campos Acevedo Nieto

Graduando em Medicina Veterinária

Recursos Hídricos e Infra-estrutura

Geraldo Magela Damasceno

Engenheiro Civil

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutorando em Engenharia Agrícola

Sumário

1.	CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO	6
1.1.	Denominação do PA	6
1.2.	Data de criação	6
1.3.	Distrito e Município/UF, Mesorregião/Microrregião FIBEGE e Região Administrativa de Minas Gerais	6
1.4.	Número de famílias	6
1.5.	Identificação, localização do imóvel e vias de acesso (Ver Mapa 1 – Localização do Imóvel no município)	6
1.6.	Área	7
1.7.	Perímetro	7
1.8.	Coordenadas geográficas	7
1.9.	Sub-Bacias Hidrográficas	7
1.10.	Planta do Imóvel Georeferenciada (Mapa 2 – Planta do Imóvel)	7
1.11.	Limites (Propriedades Confrontantes/Atividades Desenvolvidas, Presença de UC's, Reservas Indígenas, etc.)	7
2.	HISTÓRICO DO PA	8
3.	CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DO PA	11
3.1.	Diagnóstico expedito descritivo dos meios físico e biótico	11
3.1.1.	Clima	11
3.1.2.	Geologia e formações geológicas	11
3.1.3.	Geomorfologia/relevo	12
3.1.4.	Solos e ambientes	13
3.1.5.	Recursos hídricos	14
3.1.6.	Vegetação nativa	18
3.1.7.	Fauna Silvestre	23
3.2.	Diagnóstico do uso atual do uso dos recursos naturais e dos sistemas de produção e comercialização	33
3.2.1.	Organização territorial atual, projeto de parcelamento, vias locais, infra-estrutura ...	33
3.2.2.	Descrição dos atuais sistemas de produção e do uso e manejo dos recursos naturais	37
3.2.3.	Descrição dos sistemas de processamento e comercialização da produção	43
3.3.	Diagnóstico expedito descritivo do meio antrópico	43
3.3.1.	População	43
3.3.2.	Moradia e saneamento	44
3.3.3.	Captação e abastecimento de água e energia	49
3.3.4.	Saúde	50

3.3.5. Estradas e transporte	50
3.3.6. Educação	51
3.3.7. Organização social e econômica	52
3.3.8. Relação com o poder publico local, estadual e federal e com entidades de classe, igrejas, ONG's de apoio etc	52
4. LEVANTAMENTO DO PASSIVO AMBIENTAL	54
4.1. Impactos ambientais decorrentes	54
4.1.1. Da organização territorial	54
4.1.2. Da construção de infra-estrutura	54
4.1.3. Dos sistemas produtivos e do uso e manejo dos recursos naturais	54
5. APRESENTAÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS	62
5.1. MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS AOS IMPACTOS SÓCIO- ECONÔMICOS IDENTIFICADOS	63
5.1.1. Educação ambiental com ênfase na questão do lixo	63
5.1.2. Assistência técnica	66
5.1.3. Fiscalização ambiental (IEF/IBAMA/Polícia Florestal)	66
5.2. MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DE INFRA- ESTRUTURA	66
5.2.1. Estradas	66
5.2.2. Saneamento básico	68
5.2.3. Tratamento de água	70
5.2.4. Captação e distribuição da água	71
5.2.5. Moradia	73
5.3. MEDIDAS MITIGADORAS PROPOSTAS EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS AMBIENTAIS	74
5.3.1. Recursos hídricos	74
5.3.2. Solos	75
5.3.3. Vegetação	79
5.3.4. Fauna	81
5.3.5. O Delineamento do Projeto Final do PA Cachoeira Grande	83
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
ANEXOS	87

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA)

1.1. Denominação do PA

Projeto de Assentamento Cachoeira Grande.

1.2. Data de criação

26 de janeiro de 2001.

1.3. Distrito e Município/UF, Mesorregião/Microrregião FIBEGE e Região Administrativa de Minas Gerais

- Município: Brasilândia de Minas – MG.
- Microrregião de Paracatu.
- Mesorregião: Noroeste de Minas.
- Região Administrativa de Minas Gerais: Noroeste.

1.4. Número de famílias

40 famílias acampadas.

1.5. Identificação, localização do imóvel e vias de acesso (Ver Mapa 1 – Localização do Imóvel no município)

O Assentamento está localizado a 53 km da sede do município, e o seu acesso se dá exclusivamente por estradas de terra, sendo necessário perfazer um pequeno trecho localizado sobre o Córrego das Lajes, que em determinadas épocas torna-se intransitável.

A estrada que dá acesso ao Projeto de Assentamento Cachoeira Grande passa em frente a uma grande carvoaria de propriedade da empresa siderúrgica Mannesmann.



FIGURA 1. Acesso ao PA Cachoeira Grande – Carvoarias

1.6. Área

- 2.659,2189 ha

1.7. Perímetro

- 26.074,47m

1.8. Coordenadas geográficas

- UTM 435675,54 e 8111717,16m

1.9. Sub-Bacias Hidrográficas

- Córrego Extrema
- Rio Paracatu
- Bacia do Rio São Francisco

1.10. Planta do Imóvel Georeferenciada (Mapa 2 – Planta do Imóvel)

1.11. Limites (Propriedades Confrontantes/Atividades Desenvolvidas, Presença de UC's, Reservas Indígenas, etc.)

Na região onde se localiza o PA Cachoeira Grande não existem Unidades de Conservação nem reservas indígenas. Nesta região predomina a atividade agropecuária, com ênfase na pecuária extensiva, no reflorestamento para a produção de carvão e a produção integrada de condimentos, destinados a exportação. A empresa Fucks, maior exportadora de pimentão e páprica do mundo tem uma grande base agroindustrial na sede do município de Brasi-
lândia de Minas. Devido ao padrão de utilização das terras da região, baseado na grande propriedade, e em atividades com baixa absorção de mão-de-obra, observa-se, nos últimos 10 anos, o crescimento do conflito fundiário, com a ampliação da demanda por terra e o aumento do número de assentamentos rurais.

- **Norte:** Córrego Extrema
- **Sul:** Rio Paracatu
- **Leste:** Rio Paracatu
- **Oeste:** Córrego Passagem Nova

2. HISTÓRICO DO PA

A história das mobilizações por reforma agrária no noroeste de Minas Gerais está associada às conseqüências da estratégia de desenvolvimento adotada para aquela região desde a década de 60. Nesta época, a prioridade dada para o desenvolvimento agrícola favoreceu a concentração de terras e diminuiu o espaço agrário ocupado por pequenos agricultores e trabalhadores rurais, parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, dentre outros. Essa estratégia é responsável pela promoção de profundas modificações sobre diferentes formas de vida no meio rural, causadas principalmente, pelas restrições ao acesso à terra, pela proletarianização e assalariamento temporário, e pela grande migração na região em busca de alternativas de trabalho (Torres, 2000).

As mobilizações populares são conseqüentes da política de modernização da agricultura brasileira, cuja opção foi a implantação de grandes áreas produtoras destinadas à pecuária e à produção de grãos, financiadas a partir de políticas governamentais, como o Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas (PLANOROESTE), criado pelo governo estadual, para promover o engajamento do noroeste mineiro à política de modernização agrícola e produção para exportação já implantada no país. A responsabilidade pela implantação desse programa foi atribuída à Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS), criada em 1966. Desse programa irá resultar um plano de colonização dirigida, com o objetivo de inserir na região atividades agropecuárias e agroindustriais.

Este projeto foi responsável pela criação de núcleos de colonização no Município de João Pinheiro e a princípio sua atuação se limitaria à região noroeste, mas acabou tendo atuação em outras regiões do estado. Outro programa governamental voltado para a promoção do desenvolvimento do Cerrado foi o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados –, criado com a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização de atividades agropecuárias nos estados do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, e de incorporar 3,7 milhões de hectares à área agrícola nacional entre os anos de 1975 e 1979. Um terceiro programa governamental voltado para a região foi o PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e executado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO). Esse programa foi responsável pela realização de projetos de Colonização nos Municípios de Paracatu, Coromandel e Iraí de Minas (Torres, 2000).

Essas políticas foram responsáveis por uma desestruturação do setor agrário regional que, por sua vez, irá promover ainda que indiretamente a organização social de desempregados ou expropriados da zona rural e a promoção de mobilizações por reforma agrária. A princípio, os trabalhos de organização dos trabalhadores na luta por seus direitos, tiveram como

principal articulador a Igreja Católica, através da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), trabalhos que resultaram na formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. São esses, os principais atores sociais envolvidos no processo de criação dos assentamentos na região.

Segundo Castro (1997), no município de João Pinheiro, a mobilização por reforma agrária se deu a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do pólo da FETAEMG, que em meados da década de 80, influenciados pela proposta do I PNRA, ampliaram as discussões da luta pela terra, o que ultrapassou a resistência de antigos moradores rurais, passando a atuar também nas periferias da cidade, envolvendo trabalhadores rurais e urbanos.

A efervescência das mobilizações por reforma agrária, que deu origem à organização sindical na região, foi também momento oportuno para a formação de outros grupos de luta por reforma agrária, que não se encontravam vinculados à organização sindical, ou a movimentos sociais organizados.

A formação do Assentamento Cachoeira Grande resulta do movimento sindical de trabalhadores rurais, através do STR que, incentivados pela FETAEMG, promove reuniões com os sem terra do município a cada primeiro domingo do mês. A conquista do Assentamento Cachoeira Grande se deu a partir da ocupação feita na área por 40 famílias que já haviam participado do acampamento que resultou na formação do PA Tamboril, mas, como não foram assentados ficaram cadastrados no INCRA. Segundo um dos entrevistados, “já era público o descaso com que a proprietária da fazenda, Solange, conduzia sua propriedade e o STR solicitou ao INCRA a vistoria da mesma para fins de criação do assentamento”. O INCRA, então, vistoriou a área e constatou que a mesma era improdutiva, encaminhando a sua desapropriação.

Durante a tramitação do processo, assim que souberam que a área havia sido vistoriada o grupo de sem terras, resolveu, com o apoio do Sindicato, ir conhecer a fazenda. Decidiram naquele momento ficarem acampados na área, mas esta ainda não havia sido desapropriada pelo o INCRA, que não a faria a menos que os acampados se retirassem do local. Negociaram então com o INCRA que saíam, mas em troca queria a garantia de que quando desapropriada as famílias poderiam voltar. Como a proprietária da área não deu entrada na justiça contra a ocupação das suas terras, o processo de desapropriação foi encaminhado sem que eles houvessem se retirado.

Em janeiro de 2001 fizeram as barracas de lona, e estavam morando assim na área quando os policiais foram fazer a ocorrência. As negociações foram feitas de forma pacífica. Ficaram em barracos de lona durante 4 meses. Um diretor da FETAEMG orientou as famílias para que fizessem as casas de palha de Buriti.

Até hoje o parcelamento ainda não foi realizado e muitas casas ainda são de lona. A população do Assentamento se divide entre ficar na cidade e ficar nos barracos. Muitos vão e vem toda a semana pois têm que trabalhar na cidade para terem como se sustentar, deixando algum membro da família nos barracos.

Os assentados aguardam ansiosamente o momento da divisão dos lotes para assim se efetivarem e construírem uma vida definitiva e mais regular nas terras do Cachoeira Grande.